



## ATA N.º 13/2018

No dia 7 de novembro de 2018, pelas 10h00m, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Professor Doutor Pedro Romano Martinez e pela Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire, tendo estado presentes os seguintes membros:

### **Membros Docentes**

Professor Doutor Pedro Romano Martinez

Professora Doutora Paula Vaz Freire

Professor Doutor Miguel Moura e Silva

### **Membros não docentes**

Dr. Bertolino Campaniço

Sr. António Elias

### **Membros discentes**

Dr. Tiago Carneiro

Dr. Pedro Farmhouse

Adolfo Rafael

Rodrigo Gonçalves

Também participou na reunião, nos termos estatutários e regimentais, a Diretora Executiva, Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno

1. A reunião foi iniciada pela Subdiretora, Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire, em substituição do Diretor. Começou por felicitar a presença do Sr. António Elias, por ser esta a sua primeira reunião enquanto representante dos membros não docentes.

2. Posto isto passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, referente às obras. A Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Vaz Freire explicou que estava em causa a obra do espaço junto ao ICJ, já anteriormente analisado e aprovado pelos Conselheiros. Encontra-se presente o Arquiteto Miguel Ângelo Silva, responsável por esta alteração, que irá esclarecer os membros sobre o impacto da obra.

O Arquiteto Miguel Ângelo Silva tomou a palavra e exibiu alguns diapositivos, por forma a dar uma visão mais clara do que está em causa, que consiste em criar um espaço de trabalho no espaço junto ao ICJ e alterar a forma de acesso à DAC, invertendo o sentido da atual escada, sem perturbar a imagem do edifício.

A intervenção tem uma dupla funcionalidade: trajeto muito mais rápido para o piso inferior e aproveitamento do espaço antes da escada de serviço como sala de trabalho. Esta obra é muito simples, exige apenas fechar a parede, com uma estrutura que é reversível e o espaço que está no cimo da escada passaria a ser o arquivo da nova sala. Acrescentou a necessidade de remover para outro local as máquinas de venda automática uma vez que a porta de acesso às escadas ficaria no átrio principal, sendo muito discreta, utilizando os materiais utilizados pelo Arquiteto Pardal Monteiro no projeto original, nomeadamente os mármore de Estremoz, que ainda existem no mercado. Por sua vez, a escada ficará muito bonita, devido a uma solução de iluminação indireta, com uma porta de vidro que seria apenas fechada quando fosse necessário cortar a ligação com o piso inferior.

A Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Vaz Freire tomou a palavra e referiu que a maior preocupação dos Conselheiros era a preservação do valor patrimonial do edifício. Com efeito, trata-se de um edifício de Pardal Monteiro, inserido num complexo arquitetónico de valor incontornável. Esta solução permite um aproveitamento em termos de funcionalidade, com preservação das soluções arquitetónicas, sendo que não há uma afetação irreversível.

O Arquiteto Miguel Ângelo Silva esclareceu ainda que a escada será feita em estrutura metálica, e não em betão, como é a atual, embora com o piso em pedra, com a mesma pedra que a que existe na escada atual. Esclareceu ainda, no seguimento da questão do Dr. Pedro Farmhouse, que toda a escada atual tem de ser desmontada.

q.

✓  
AF

Não havendo mais questões, a Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Vaz Freire agradeceu a presença do arquiteto, que felicitou pelo projeto. Os conselheiros mostraram a sua satisfação com a apresentação, sendo unânime a decisão de avançar com a obra.

3. De seguida passou-se para o último ponto da ordem de trabalhos: outros assuntos:

O Conselheiro Adolfo Rafael referiu o problema de os cartões da CGD terem a validade de três anos, pelo que no 4.º ano do curso os alunos recebem um cartão que fica válido por mais três anos, podendo assim continuar a poder entrar na biblioteca, mesmo já não tendo a qualidade de alunos.

Esta questão é preocupante devido à falta de lugares na biblioteca. Por outro lado, os utilizadores externos têm de efetuar um pagamento anual para terem acesso à biblioteca.

Neste momento, entrou o Dr. Bertolino Campaniço.

Foram indicadas hipóteses de solução, como por exemplo a validação anual do cartão ou a atribuição de um cartão com a validade de quatro anos

A este respeito, a Diretora Executiva referiu também que a CGD havia informado a FDUL de que havia um problema de comunicação do sistema com o Fénix, razão pela qual os alunos do 4.º ano estavam a receber o cartão Alumni (de ex aluno), em vez de receber o cartão do 4.º ano. A situação está neste momento a ser resolvida e os alunos em questão serão chamados a substituir o cartão pelo cartão de aluno.

Neste momento, entraram o Sr. Diretor e o Prof. Doutor Miguel Moura e Silva.

O Sr. António Elias esclareceu que periodicamente a informática envia a listagem de alunos e só os cartões desses alunos são ativados. Esclareceu que quando o utente passa o cartão o funcionário vê o nome ao qual o cartão está associado. Sugeriu ainda que deveria haver um cartão para a licenciatura e outro para o mestrado. Em relação aos alunos de mestrado os cartões estão a chegar tarde, por vezes têm de entrar com o cartão da licenciatura. Também há outros problemas, os novos cartões da CGD por vezes funcionam nos torniquetes e não nas fotocopiadoras, há o inverso e há aqueles que não funcionam em lado nenhum, e aí a situação só pode ser tratada pela CGD.

O Dr. Pedro Farmhouse referiu que um dos problemas dos estudantes de mestrado não terem os cartões resulta de não haver uma receção a estes alunos, proposta que já tinha sido feita na reunião anterior. O Dr. Bertolino Campaniço esclareceu que a DAC, quando enviou o manual de instrução para as inscrições, enviou também informações sobre o cartão CGD, o que poderia ajudar a resolver esta situação.

4. Foi aprovada a ata n.º 12/2018, referente à reunião de 17 de outubro.

5. O Sr. Diretor colocou a questão da marcação das eleições dos estudantes para os órgãos da FDUL. Após o debate, ficou decidido o agendamento para o dia 21 de novembro de 2018. O Dr. Pedro Farmhouse questionou se o espaço da campanha seria no piso 0 ou no piso 1, tendo o Professor Doutor Pedro Romano Martinez considerado que seria importante que a campanha tivesse o menor impacto possível nas aulas, pelo que seria preferível utilizar a zona entre os bares do piso 0.

6. De seguida, o Dr. Pedro Farmhouse pediu a palavra e começou por saudar a Direção, o Prof. Doutor Miguel Moura e Silva e todos os funcionários por neste mandato ter sido possível melhorar a vida académica. Lamentou a ausência do Presidente da AAFDL, que, por esse motivo, não pode saudar.

Questionou o facto de a AAFDL ter vendido aos novos alunos da Faculdade, no momento das inscrições, um Código Civil que já se sabia ficaria rapidamente desatualizado, fazendo com que despendessem 10 euros num código que depressa teriam de substituir.

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez referiu que as inscrições foram organizadas pela Direção e que a AAFDL esteve efetivamente presente e colaborou na sua realização. Contudo, a FDUL não tem intervenção na política editorial da AAFDL

Também a Diretora Executiva esclareceu que a AAFDL pediu para colocar uma banca na sala de estudo, para fazer o cartão de sócio da AAFDL, nada tendo sido referido sobre o kit de livros que foi vendido. Apelou a que o Conselho Académico proponha à AAFDL que faça a troca dos livros em relação aos alunos do 1.º ano.

7.



O Dr. Tiago Carneiro considerou que se verifica a quebra na confiança nos livros lançados pela editora da AAFDL.

Por sua vez, o Dr. Pedro Farmhouse referiu que a eventual troca de livros era uma decisão livre da AAFDL mas o Conselho Académico deveria fazer uma recomendação para que houvesse um maior cuidado na venda de diplomas legais.

O conselheiro Adolfo Rafael considerou que a AAFDL tem um lugar privilegiado na venda de livros aos alunos em relação às outras editoras, pelo que há uma relação de confiança que fica prejudicada com este comportamento.

Por sua vez, o Prof. Doutor Miguel Moura e Silva referiu haver uma questão de responsabilidade de quem editou porque a lei é do mesmo dia em que foi publicado o código, apesar de as alterações ao Código Civil só entrarem em vigor em janeiro de 2019. Acrescentou que, no momento da inscrição, a AAFDL incitava à aquisição do kit. Acima de tudo, tem de haver transparência: o Código Civil estava em vigor, efetivamente, mas ao vender o pack aos estudantes deveria ter presente as alterações que entrariam em vigor em janeiro de 2019.

A Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Vaz Freire concordou que se deveria, no mínimo, fazer uma recomendação à AAFDL no sentido de haver uma maior transparência e uma sugestão para eventual troca dos Códigos Civis, a fim de não lesar os legítimos interesses e expectativas dos alunos do 1.º ano.

7. Ainda nos outros assuntos, o Dr. Tiago Carneiro propôs que a Direção e o Conselho Académico comesçassem a pensar em programas de sustentabilidade ambiental, como por exemplo a reciclagem dos resíduos (plástico, papel, etc.), bem como em reduzir o consumo de papel. Referiu ainda que as máquinas de café poderiam sair com copos de outro material, em vez de plástico, e colheres de bambu ou de madeira.

Atualmente, as impressoras da Faculdade não imprimem com a ordem de impressão, apenas a introdução do cartão de acesso, além de que oferecem o serviço de digitalização, soluções que correspondem a esta ideia.

De seguida, o Dr. Tiago Carneiro despediu-se dos membros do órgão, afirmando que foi um prazer estar presente e que aprendeu muito sobre a Faculdade no Conselho Académico.

✓  
[Handwritten signature]



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

8. O Dr. Pedro Farmhouse indicou que também se mantém o problema do barulho em dias de festas, pelo que os estudantes da noite quase não conseguem ter aulas e na biblioteca não se consegue estudar. A este respeito, o Professor Doutor Pedro Romano Martinez referiu que a Direção tem estabelecido estritas exigências em relação a não haver barulho antes das 22h30, estranhando que a situação se mantenha. Lamentou que não estivesse presente o Presidente da AAFDL pois este é um assunto que envolve diretamente a AAFDL.

Concordando com a observação do Dr. Pedro Farmhouse, o Professor Doutor Miguel Moura e Silva esclareceu que o problema eram os testes de som, que estavam a ser feitos antes das 22h30, e o controlo prático do barulho.

9. O Dr. Pedro Farmhouse referiu ainda uma outra questão, relativa à cedência do espaço da antiga Coimbra Editora à AAFDL, considerando que daqui resultou uma perda para a Faculdade. A este facto acresce que a AAFDL tem a política de não oferecer livros à biblioteca nos primeiros seis meses após a sua edição, bem como a perda da oferta de um exemplar de todos os livros portugueses à biblioteca, que antes era feita pela Coimbra Editora.

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez esclareceu que, mesmo antes da insolvência da Coimbra Editora, o espaço já estava cedido à AAFDL, pelo que a Coimbra Editora pagava uma renda à AAFDL. Com a insolvência, a AAFDL passou a explorar diretamente a livraria. Confirmou que, hoje em dia, a AAFDL só oferece alguns livros editados pela própria AAFDL e muito tempo depois da edição.

O Dr. Pedro Farmhouse salientou que esta questão dos seis meses permite ver, uma vez mais, a diferença entre o interesse geral dos alunos e o interesse de uma editora que apenas prossegue o lucro. Acrescentou ainda que, na última RGA, dos vogais da Direção da AAFDL declarou que a editora poderia não ter lucro durante um ano e continuaria financeiramente estável.

O Professor Doutor Miguel Moura e Silva também discordou da necessidade de esperar seis meses, até porque nada impede a biblioteca de comprar o livro, sendo do interesse dos alunos este ser disponibilizado de imediato.

27.

✓  
RF



10. O Dr. Pedro Farmhouse referiu ainda que no Mestrado em Direito e Ciência Jurídica há salas que foram alteradas e que não constam da Página da FDUL, havendo também, ainda, programas por publicar.

Sobre este segundo ponto, o Dr. Bertolino Campaniço informou os conselheiros que já fez a verificação de todas as situações, tendo sido consultados os docentes, mas, ainda assim, há alguns programas em falta.

11. O Dr. Pedro Farmhouse informou que no dia seguinte seria eleito o aluno representante do Conselho de Utilizadores da Biblioteca, possibilitando assim o funcionamento deste órgão.

12. O conselheiro Rodrigo Gonçalves solicitou apoio financeiro da Faculdade para a inscrição no *European Moot Court*, proposta que foi admitida.

13. O Dr. Pedro Farmhouse solicitou novamente a palavra e pediu a realização de duas votações, ambas sobre propinas. A Faculdade tem um problema de receitas próprias que é necessário resolver, sendo que cada vez é mais difícil estudar em Lisboa. Assim, gostaria que saísse deste órgão um compromisso de que no momento em que aumentassem as receitas próprias da Faculdade se pudesse reabrir a discussão das propinas.

A Diretora Executiva pediu a palavra para expressar a sua apreensão com a questão das propinas, tendo presente, em particular, a redução de propinas prevista no projeto de Lei de Orçamento de Estado para o próximo ano letivo, aplicável tanto à licenciatura como ao Mestrado em Direito e Prática Jurídica. Por outro lado, referiu a necessidade de serem feitas mais contratações, por forma a preencher os novos lugares do mapa de pessoal não docente da FDUL, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez concordou que a FDUL não tem função comercial, por isso repensar as propinas é de equacionar. Acrescentou que as obras que estão a ser feitas são suportadas por receitas próprias da Faculdade, pelo que não têm impacto sobre as propinas.



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Professor Doutor Miguel Moura e Silva considerou que este esforço de investimento deve servir para melhorar a qualidade e o serviço prestado aos alunos, sendo da opinião de que é de atender às reivindicações dos alunos. Acrescentou que o valor das propinas é um objetivo desejável mas preferiria a atribuição das bolsas, em função da necessidade e do mérito. A universidade é um percurso de vida adulta, os alunos não estão tão dependentes dos pais, pelo que a autonomia se compatibiliza com a atribuição de bolsas e não com redução de propinas.

O Dr. Pedro Farmhouse pediu ainda o apoio do Conselho Académico para falar com a Tutela sobre a questão das bolsas de mestrado, que não são bolsas completas, o que acontece devido ao aumento de propina no Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, situação que será agravada com a redução de propinas prevista para o próximo ano letivo. Assim, é necessário diligenciar junto da Tutela para que a bolsa do mestrado seja completa, em função do tipo de mestrado escolhido pelo aluno.

O Conselheiro Adolfo Rafael realçou ainda que, quanto ao cálculo da bolsa, o valor mínimo equivale ao valor da propina mas tem um teto máximo superior. Ora, ao descer o valor da propina, estes alunos serão excluídos pela diferença de montantes.

14. Por último, o Conselheiro Adolfo Rafael agradeceu em especial à DAC e ao Dr. Bertolino Campaniço pelo trabalho realizado. Sublinhou a ausência do Presidente AAFDL, verificando que no último mandato dos conselheiros discentes o representante geral dos alunos não está presente. Referiu que a participação no Conselho Académico foi uma boa aprendizagem, tendo gostado muito do trabalho desenvolvido.

15. O Professor Doutor Pedro Romano Martinez referiu ainda que a próxima reunião ficaria agendada no princípio de dezembro, após a tomada de posse dos novos membros. Ficou combinado o envio por *email* do calendário de provas escritas do Mestrado em Direito e Prática Jurídica, com audição prévia dos alunos, bem como da própria ata da presente reunião.

7.



Por fim, o Sr. Diretor cumprimentou em particular os alunos que aqui estiveram em representação e deram o contributo para resolver as questões da Faculdade, contributo este que é muito importante para a Faculdade seguir o seu rumo.

Posto isto, não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi terminada por volta das 13h00.

**O Presidente do Conselho Académico**

(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

**A Subdiretora**

(Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Vaz Freire)

**A Secretária**

(Professora Doutora Cláudia Madaleno)